

CRACOLÂNDIA, A QUESTÃO:

Uma análise de representações discursivas e ideológicas

Juliana Ferreira Vassoler¹

Letícia Leal Lima²

115

RESUMO Este artigo apresenta a reflexão e a análise de representações discursivas e ideológicas presentes em textos cujo tema central aborda ações policiais conduzidas pela prefeitura de São Paulo, na região conhecida como Cracolândia, em 22 de maio de 2017, sob o pretexto de revitalização da área. Esta perspectiva integra uma análise textual voltada para questões de justiça social e justifica-se pela necessidade de evidenciar como as pessoas são representadas e como a ideologia da higienização social é materializada no discurso. A metodologia é qualitativa e a análise concentra-se no *corpus* constituído pelo texto “Cracolândia, a questão”, publicado pela revista VEJA na edição 2532 – ano 50 – nº 22. O estudo está assente nos pressupostos teóricos metodológicos da Análise do Discurso Crítica – ADC (FAIRCLOUGH 2001, 2003, CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH 1999), dos modelos analíticos de representação dos atores sociais de Van Leeuwen (1997) e dos modos gerais de operação da ideologia de Thompson (2011). Os resultados expressam, através das particularidades linguísticas e das nuances de significado, a desumanização e a estigmatização das pessoas que vivem no ambiente da Cracolândia.

Palavras Chave: ADC. Representação de atores sociais. Ideologia. Estigmatização. Cracolândia.

ABSTRACT This article presents the reflection and analysis of discursive and ideological representations in textual productions in which the central theme is structured based on the police actions, conducted by the state government of São Paulo in the region known as Cracolândia, on May 22, 2017. This perspective is consistent with the purpose of a textual analysis focused on issues of social justice and is justified by the need to highlight how people are represented and how the ideology of gentrification materializes through discourse. The methodology is qualitative and the analysis is concentrated on the *corpus* constituted by the text "Cracolândia, the question", published by VEJA magazine in edition 2532 - ano 50 - nº 22. The study is based on the

¹ Juliana Ferreira Vassoler é mestranda em Linguística pelo PPGL/UnB (2017); professora de Língua Portuguesa da SEDF, desde 2003; licenciada em Letras- Português e Inglês e respectivas literaturas, pelo UniCEUB (2002); especialista em Língua e Literatura pela UEG (2005); especialista em Práticas de Letramento e Práticas Interdisciplinares pela Universidade de Brasília (2015). julianavassoler@hotmail.com

² Letícia Leal Lima é mestranda em Linguística pelo PPGL/UnB, em 2017; licenciada em Letras- Português e Inglês e respectivas licenciaturas, pela Universidade Federal de Uberlândia, em 2005. letycialeal@gmail.com

assumptions of Critical Discourse Analysis (FAIRCLOUGH 2001, 2003, CHOULIARAKI, FAIRCLOUGH 1999), Van Leeuwen's (1997) analytical models of social actors and Thompson's (2011) general modes of operation of ideology. The results express, through linguistic peculiarities of meaning, the dehumanization and stigmatization of people living in the environment of Cracolândia.

Key words: Critical Discourse Analysis. Analytical models of social actors. Ideology. Stigmatization. Cracolândia.

1. INTRODUÇÃO

Refletir sobre ações públicas que envolvem o consumo de drogas no Brasil não é uma tarefa fácil. Isto porque, em nosso contexto social, este é um tema controverso e entendido apenas como questão política e jurídica, relegando sua natureza social complexa para segundo plano. Nesse contexto, percebe-se uma sociedade que se mostra indiferente à problemática do uso de drogas.

No âmbito discursivo, os discursos sociais sobre o tema, quando não silenciados, se apresentam de forma superficial e, por vezes intolerante, como forma de visibilidade violenta. Assim, as ações públicas de revitalização da Cracolândia apoiam-se no discurso institucional governamental de segurança, combate às drogas e urbanização, entretanto o objetivo principal da ação é a higienização social e a gentrificação da área.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL

Cracolândia é a designação da região da Luz, em São Paulo (SP), e sua origem é relacionada à deterioração urbana ocasionada com o fim do Terminal Rodoviário da Luz, em 1982. Em 1986, políticas públicas já buscavam solucionar o abandono dos prédios e dos moradores do local, mas foi a partir da década de 90 que problemas relacionados ao tráfico de crack tornaram-se constantes. Durante esse período, o território ficou conhecido como Cracolândia e passou a ser alvo de diversas intervenções estatais.

A região conserva diversas pensões, albergues e pequenos hotéis, e, apesar da generalização da quantidade de usuário de drogas no local, há também moradores que não fazem parte desse grupo, mas são, muitas vezes, ignorados pelas políticas públicas que tratam do tema. As últimas quatro administrações municipais buscaram medidas para ressocialização dos usuários de drogas e revitalização da área, ou com medidas policiais para pôr fim ao tráfico de drogas na região.

A investida dos governos municipal e estadual, retratada no artigo em análise, teve o objetivo de “limpar” o espaço, demolindo prédios e dispersando usuários de drogas, numa ação truculenta da polícia civil de São Paulo. Essa intervenção está ligada à ideia de gentrificação, que, apesar de semelhante a um projeto de revitalização urbana, com ele não se confunde, pois a revitalização urbana faz parte de uma demanda específica da sociedade para beneficiar os moradores de dada localidade. A gentrificação, segundo Costa (2016), apoia-se em: “Obras que beneficiam a todos, mas não motivada pelo interesse público, e sim pelo interesse privado, relacionado com especulação imobiliária. Logo, tende a ocorrer em bairros centrais, históricos, ou com potencial turístico”. (COSTA, 2016, acesso em : 03 outubro 2017).

O entendimento de que essa atuação estatal se baseia em um processo de gentrificação e higienização social está calcado nas ações conduzidas pela Prefeitura e pelo Estado de SP. Prédios foram demolidos e moradores desalojados, isto é, a pretendida revitalização de uma das regiões centrais da cidade não tem o objetivo de melhorar a vida dos que lá vivem, mas valorizar a imagem do território que provavelmente será alvo de futuras especulações imobiliárias.

Discursivamente, os textos que permeiam o caso tentam explicar e justificar as ações dos envolvidos em termos de causas e consequências da exclusão social de usuários de drogas, ou seja, por meio da omissão, da repressão, da violência ou do silenciamento como forma de uma invisibilidade opressiva.

Considerando o texto como um evento social relevante para o estudo de processos sociais e a estrita relação que estabelece com as relações de poder, este estudo justifica-se pela necessidade de se evidenciar os modos como as pessoas são representadas e como a ideologia da higienização social se materializa por meio do discurso em termos de recursos linguísticos e discursivos, evidenciando como as representações dos atores sociais são construídas no texto, e apontando os modos de operação da ideologia concretizados nesses discursos.

Esta perspectiva coaduna-se com o propósito de uma análise textualmente orientada e voltada para questões de justiça social. Os procedimentos metodológicos estão fundamentados numa pesquisa de cunho qualitativo (descritiva e interpretativa) para a seleção do *corpus* e para o desenvolvimento da análise, que está concentrada na descrição discursiva dos dados e dos significados dos recursos linguísticos. De acordo com Brasileiro (2013, p 49), “[...] análise discursiva é aquela que se ocupa de interpretação dos fenômenos e da atribuição de significados”, portanto, constitui-se adequada para este estudo.

Com base nessas diretrizes, o artigo propõe a análise do texto “Cracolândia, a questão”, veiculado pela revista VEJA, edição 2532 – ano 50 – nº 22, publicada em 31 de maio de 2017, cuja temática traz referências às recentes ações públicas na região da Cracolândia.

3. CIRCUITO ANALÍTICO CRÍTICO - APORTES TEÓRICOS

O estudo está assente com pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso Crítica – ADC (FAIRCLOUGH 2001, 2003; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999), com modelos analíticos de representação dos atores sociais de Van Leeuwen (1997) e com modos gerais de operação da ideologia de Thompson (2011) para empreender a análise do *corpus*.

Na concepção de Fairclough (2001, p. 91), o discurso é entendido como uso da linguagem como forma de prática social, ou

seja, “o discurso é uma forma como as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. O autor atenta para a relação dialética entre discurso e sociedade, assim, orientações da prática social implicam práticas de natureza discursiva que, por sua vez, recorrem a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares. Essa perspectiva está em consonância com Chouliaraki e Fairclough (1999), para quem questões sociais são, em parte, questões de discursivas e vice-versa.

Fairclough (2003) soma à essa noção, o conceito de texto como evento discursivo e apresenta os significados do discurso como estratégia de compreensão da linguagem segundo sua funcionalidade nas práticas sociais, tais como a forma de agir no mundo, de se relacionar, de representar e identificar a si, a outrem e a aspectos do mundo. Logo, as escolhas linguísticas adotadas para as representações discursivas compreendem a prática social e o campo de saber como conhecimento das ordens de discurso e de suas aplicabilidades, das relações semânticas que expressam e dos significados que acessam.

Para efeito de análise, ambas as concepções de Fairclough (2001, 2003) são necessárias para encadear as estratégias de representações e desvelar os discursos de dominação que constituem as identidades dos atores sociais representados no texto analisado. Na análise textual, serão abordadas relações semânticas, lexicais e acarretamentos das suposições e pressuposições. As categorias propostas por Fairclough (2001, 2003) conversam com outras categorias de análise, como as de Representação de Atores Sociais (VAN LEUWEN, 1997) e os modos de operação de ideologia de Thompson (2011).

3.1 Discurso: linguagem e representação dos atores sociais

As formas como as pessoas e os grupos sociais são representados no discurso acompanham o nexos de linguagem como ação, pois apontam um sistema de crença e valores e de relações entre

grupos estabelecidas nas práticas sociais. Nesse viés, Van Leeuwen (1997) propõe um inventário sócio-semântico dos modos pelos quais os atores sociais podem ser representados. Esse quadro de modos de representação realiza-se com base em um potencial de significados orientados pelo contexto de representação desses atores sociais.

As categorias propostas Van Leeuwen (1997) são Exclusão e Inclusão. A exclusão pode ocorrer por supressão ou encobrimento (colocar em segundo plano) e a inclusão pode realizar-se por ativação, passivação, participação, circunstancialização, possessivação, personalização, impersonalização, genericização, especificação, assimilação, associação, dissociação, indeterminação, diferenciação, nomeação, categorização e sobredeterminação.

A análise deste artigo pretende identificar questões relacionadas à representação dos atores sociais, com base em Van Leeuwen (1997) e, concomitantemente, investigar modos ideológicos de funcionamento da linguagem utilizados no texto e preconizadas por Thompson (2011).

3.2 Discurso: linguagem e modos de operação da ideologia

É possível afirmar, com base em Thompson (2011), que a linguagem age no estabelecimento e na manutenção de relações de poder. Nesse sentido, o autor trata de “[...] formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até às imagens e textos complexos” que podem ser utilizadas para construir o sentido (significado), que, em certos contextos, estabelece e sustenta relações de poder assimétricas. Dessa forma, estudar ideologia reclama a apuração do funcionamento dessas formas simbólicas, e de como seus significados podem ser utilizados com o objetivo de apoiar e reproduzir relações de dominação.

Sendo assim, além das categorias propostas Van Leeuwen (1997), selecionamos modos de operação de ideologia de Thompson (2011), que contribuem para a compreensão das estratégias de representação caracterizadas por marcas de poder e de dominação. As

categorias propostas pelo autor são: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação, e reificação, e suas respectivas especificações.

4 - NUANCES DE SIGNIFICADOS – ANÁLISE DICURSIVA CRÍTICA

O estudo pauta-se em um modelo de análise descritiva interpretativa aplicada ao texto “Cracolândia a questão” (Figura 1), a fim de identificar as categorias de representação dos atores sociais e os modos de operação da ideologia empregados. A perspectiva apresentada está em acordo com o que versa Silva (2009, p. 26), no sentido de que a ADC aponta “[...] conclusões, recomendações e intervenções práticas e funcionais, tornando o processo viável de investigação social”. Para isso, o texto será a seguir apresentado integralmente.

Quadro 1 - Cracolândia, a questão

	<h3 style="text-align: center;">CRACOLÂNDIA, A QUESTÃO</h3> <p style="text-align: center;"><i>Com uma ação violenta, o poder público reduziu a escombros a região do crack em São Paulo. Resta lembrar às autoridades que as pessoas não são um problema que pode ser derrubado junto com as casas</i></p> <p style="text-align: center;">Maurício Fiore</p> <p style="text-align: center;">A OPERAÇÃO POLICIAL na região da Cracolândia, no centro de São Paulo, produziu os efeitos esperados: mais ordem, segurança e redução do tráfico de drogas. Já milhares de “viciados crônicos” já precisam se dar conta para voltar à vida. Os resistentes não se concentram, a partir da manhã final dos anos 1990, em um único ponto de venda, mas se dispersam por toda a região da cidade. O resultado é um cenário de insegurança e violência que se mantém até hoje. A operação policial, apesar de ter sido bem-sucedida, não conseguiu acabar com o problema. O que resta é lembrar às autoridades que as pessoas não são um problema que pode ser derrubado junto com as casas.</p> <p style="text-align: center;">Maurício Fiore</p> <p style="text-align: center;">A OPERAÇÃO POLICIAL na região da Cracolândia, no centro de São Paulo, produziu as únicas imagens que, nesta semana, competiram com o noticiário político nacional. Mais de 700 agentes da Polícia Civil usaram a força para entrar em pensões, hotéis e no “fluxo” – quarteirão que concentrava a maior parte dos dependentes químicos e suas barracas. Cerca de cinquenta pessoas foram presas e, para “limpar” a área, foram utilizadas bombas de efeito moral e xingamentos. Na mesma manhã, o governador e o prefeito declararam que a Cracolândia não mais existiria. Prometeram também dar abrigo e tratamento a todos. Casas e pensões foram emparedadas e algumas já começaram a ser demolidas pra dar lugar a empreendimentos que enterrem as cenas recentes. Esse rápido resumo da operação é necessário para que identifiquemos o que nela é repetição e o que é novidade. Como em outros anos, a operação foi executada pela força policial, sob a justificativa do combate ao tráfico. Também como em outras ocasiões similares, as pessoas que ali estavam se dirigiram a outros lugares próximos, vagando em busca de abrigo ou drogas.</p> <p style="text-align: center;">Com a intervenção, o prefeito João Dória sinalizou que, para acabar</p>
---	--

com a Cracolândia, é preciso leva-la ao chão e, de seus escombros, erguer um novo bairro impermeável a usuários de crack, ao menos aqueles com aparência miserável. A ideia não é nova, mas sua intensidade é inédita e, assim, o prefeito espera anunciar, em breve, o fim do “problema”, que perdura por quase duas décadas.

Mas quais são realmente os problemas apresentados pela Cracolândia? Por certo a degradação dessa parte do centro de São Paulo, com imagens de crack sendo vendidos como sabão em barra em barracas em meio ao lixo amontoado, é um problema grave. Mas, do ponto de vista civilizatório, não deveria ser aceitável considerarmos como problema principal a forma de ocupação de um território, e não as condições miseráveis de vida de quem o ocupa. A própria história do centro se confunde com a da marginalização em São Paulo. Desde meados do século passado, os bairros da Luz e de Campos Elíseos foram habitados por aqueles que, em cada contexto histórico, ocupavam as margens. Mesmo no coração da cidade, estavam no que alguns antropólogos já chamaram de “situação periférica”: não é preciso estar longe para estar fora. Ali mesmo começaram a se concentrar, a partir da metade do final dos anos 1990, usuários e vendedores desse potente, barato e instantâneo derivado de coca, o crack.

Em todos esses anos, é impossível dizer que não houve reconhecimento político da gravidade da situação. É o lugar da cidade no qual a questão do uso problemático de drogas é mais visível. A presença das diferentes forças policiais é permanente, os programas estaduais e municipais existem e ONGs, igrejas, coletivos e movimentos sociais atuam lá cotidianamente.

Presumindo que o leitor concorde que o pressuposto de uma política pública é garantir a assistência e o cuidado às pessoas que vivem e transitam pela região, não importa que droga usem, outra pergunta se impõe: o que fazer com a Cracolândia? A experiência do programa De Braços Abertos (DBA), encerrado pelo atual prefeito, dá mostras da complexidade da situação.

Fui um dos autores da única avaliação sistemática do programa, implantado em 2014. Na sua origem, carregava a marca de ações anteriores, que era confundir politicamente dois aspectos que, embora relacionados, são diferentes: requalificar o território e cuidar das pessoas. Ao DBA também faltaram planejamento e organização. Isso nos foi dito por inúmeros beneficiários do programa durante a pesquisa. Eles também disseram, no entanto, que foi a primeira ação governamental que, no lugar de expulsá-los, interna-los, ou prendê-los, lhes ofereceu um teto, alimentação, assistência e um trabalho remunerado.

Em trajetórias marcadas por traumas, penúria, violência e rompimentos, esse passo não é banal. A pesquisa nos permitiu obter dados sobre o perfil de quem o DBA atendia na região: pessoas de



ESCOMBROS Operação policial na Cracolândia. O “tempo do amor” acaba quando os efeitos do crack se tornam insuportáveis. Em algumas ruas, os moradores são obrigados a abandonar suas casas. A presença dos policiais é constante, mas não garante a segurança. A situação é precária e os moradores vivem em condições de extrema pobreza. O programa De Braços Abertos (DBA) tenta oferecer suporte, mas a situação permanece difícil. Foto: [Fonte não especificada]

escolaridade mais baixa que a média da cidade, com vínculos de trabalho formal instáveis e uma super-representação de negros e pardos. Um quarto deles foi internado na Fundação Casa quando adolescente e 66% já foram presos pelo menos uma vez. Com base na tese de redução de danos – quando o cuidado é oferecido também a quem não quer ou não consegue manter a abstinência –, o DBA apresenta alguns resultados positivos, mas o mais importante foi prover condições básicas de vida.

Como já sabido, o uso excessivo de crack por populações com alto nível de vulnerabilidade social é um potencializador importante, mas não o único, da miséria mental e material. Uma ação de cuidado para uma população com essas características deve ir além de protocolos médicos para tratamento de dependência, o que é o mote do governo atual. Ignorou-se não apenas o que tinha sido aprendido durante o DBA, mas todos os que lá atuavam e suas experiências. Não é um caminho rápido tampouco fácil. Praticamente inexistem experiências de sucesso em tal nível de complexidade social, mas já se sabe que o que produz mais resultados positivos é o oferecimento de um leque amplo de alternativas, que vão além das tradicionais internações voluntárias às estratégias de redução de danos.

De qualquer forma, agir sob a égide do cuidado em saúde pública, da manutenção de laços e do respeito à liberdade foi o compromisso assumido pela prefeitura, pelo Ministério Público e por representantes da sociedade civil, em março, na apresentação do projeto Redenção, que é a bandeira de João Dória no combate ao crack. Dois meses depois, assistimos à Polícia Civil protagonizar uma ação policial violenta. Agora já se cogita usar em larga escala a internação compulsória dos que resistirem ao tratamento, sinal de que já se perseguem objetivos ao arrepio da lei.

Os governos estadual e municipal, ambos liderados por pré-candidatos à Presidência, querem apresentar, em breve, as ruas da Luz como a “ex-cracolândia”. Assim, alcançarão mais um típico “sucesso” na história urbana brasileira, notória por, no lugar de superar a miséria – que incomoda sobre a forma de usuários de crack, todos pobres e “quase todos pretos” –, buscar tirá-la da vista. A reação social à operação lembra aos gestores públicos que as pessoas não são um problema a ser derrubado junto com as casas.

Para análise da notícia, van Dijk (2002, p.147) propõe um modelo global de organização do discurso. O autor destaca os elementos constituintes da estrutura formal da notícia, organizando-os em sumário (manchete e *lead*), background, evento principal, eventos prévios, consequências e comentário. Nessa perspectiva, o texto apresentado se estrutura no padrão da notícia, pois sistematiza a manchete principal “*Cracolândia, a questão*” e o *lead* que apresenta o fato noticioso, os envolvidos, as causas e as consequências, como se

observa no trecho *“Com uma ação violenta, o poder público reduziu a escombros a região do crack em São Paulo. Resta lembrar às autoridades que as pessoas não são um problema que pode ser derrubado junto com as casas”*. Em seguida, o primeiro parágrafo apresenta o resumo do fato noticioso e propõe uma reflexão sobre a atuação do poder público. O segundo parágrafo fornece o contexto social e político do evento e o terceiro, quarto e quinto parágrafos relatam fatos prévios para lembrar o leitor como a questão do crack em São Paulo foi tratada anteriormente. No quinto parágrafo o autor introduz uma pressuposição a respeito do que se espera de uma política pública. O sexto e o sétimo parágrafos tecem comentários avaliativos do produtor do texto sobre políticas públicas implementadas na região. Já o oitavo e nono parágrafos exprimem um posicionamento político do produtor do texto concernente ao atual governo estadual de São Paulo.

A notícia em questão pode orientar a maneira como se espera que as pessoas reajam ao evento noticioso. Por exemplo, pode direcionar crenças sobre a situação de miséria material e mental dos moradores, frequentadores e pequenos comerciantes que atuam nos bairros Luz e Campos Elísios, identificando-os como grupos sociais de “dependentes químicos”, “usuários de crack”, “aquele com aparência miserável”, classificando-os como problemáticos, marginais e incômodos. Pode também influenciar um posicionamento político quando deixa clara a condução política do texto e, de certa maneira, convoca uma comoção pública contra a atuação do poder público na Cracolândia. Nesse sentido, a análise proposta intenciona evidenciar como as pessoas são representadas e como a ideologia da higienização social é materializada no discurso e, na notícia, torna-se justificativa para determinado posicionamento político.

4.1 Cracolândia, a questão: a representação dos atores sociais

Os modos de representação social são construídos socialmente e relacionam-se com aspectos das práticas sociais que estabelecem

posições do sujeito e, portanto, relações de poder. Segundo van Leeuwen (1997, p.10), a realização da representação de atores sociais em um discurso explicita as intenções do autor e “[...] podem ser includentes ou excludentes para servir os interesses e propósitos em relação aos leitores a que se dirigem”. No texto, observa-se a figuração das seguintes formas de representação social: inclusão, exclusão, ativação, passivação, assimilação, impersonalização, genericização, dissociação, diferenciação, nomeação e categorização, pois são estas que estão presentes no texto.

Percebe-se a menção por *inclusão* de dois atores sociais que, para efeito de análise, serão divididos em dois grupos: os *agressores* e os *agredidos*. Um terceiro ator social envolvido – o autor do texto – é mencionado ora por *inclusão* por meio da *assimilação*, ora por *exclusão* por meio da *supressão*. Em todo o texto, a representação quanto à *distribuição de papéis* ocorre quando os *agressores* são referidos como atores sociais *agentes*, pois se apresentam como forças ativas e dinâmicas que interferem na realidade. Já os *agredidos* são atores sociais *passivos*, pois recebem a ação dos agentes

De modo geral, agressores e agredidos são apontados de forma *genericizada* (referência genérica), pois são representados como classe ou grupo. Mesmo no excerto “*Mais de 700 agentes da polícia civil*”, em que há um quantificador, a categoria empregada é a *genericização* realizada pelo *plural sem artigo*. Outra maneira de representação recorrente é a *categorização por funcionalização* (representação em termos de atividades que desempenham), como nos excertos “*governador e prefeito*” e “*dependentes químicos*”, “*usuários de crack*”, ou por *categorizados por identificação* (representação em termos de categorias pelas quais a sociedade diferencia os indivíduos: sexo, idade, gênero, classe social, etc.) como em “*aqueles que ocupavam as margens*”, “*pessoas de escolaridade mais baixa*”, “*todos pobres e ‘quase todos pretos’*”.

Entretanto, a menção de forma genérica do grupo agredido é tão vaga quanto o seu apagamento. Concomitantemente, o que se prefere ressaltar no grupo dos agressores é a autoridade. Esse comportamento discursivo reproduz relações de poder e de dominação presentes nas práticas sociais públicas e a naturalização das injustiças por meio de um discurso que, em certa medida, expõe uma visibilidade violenta e polariza as questões de direitos humanos e a barbárie. Outro dado relevante é que apenas um ator social é mencionado como indivíduo, “O prefeito João Dória”. Ele é representado por *diferenciação* (categoria que especifica a identidade do indivíduo) e *nomeação* (identidade única) por se tratar da personalidade/autoridade mais relevante em relação ao fato noticiado.

Observa-se que, no segundo parágrafo, o foco da representação dos agressores desloca-se da instituição pública executora da ação, a polícia civil, para concentrar-se no governo estadual, instituição mandante. Essa ação discursiva abrange variações semânticas que são utilizadas para fazer referência ao grupo dos agressores e contribui para construir um cenário no qual as relações de poder estão bem demarcadas. Cabe ressaltar que nem a instituição executora nem a instituição mandante ganham voz no texto, são apenas mencionadas.

Ao mesmo tempo, os agredidos são *impersonalizados* através da *abstração* (representação por meio de qualidades) marcadamente negativas quando são aludidos como “*problema*”, “*miséria*” e “*incômodo*”. Essas maneiras de representação remetem à pobreza extrema, à instabilidade social e cidadã dos atores sociais e, de certa forma, constroem a imagem de um grupo segregado que não aparece agindo no mundo. Discursivamente, essa seleção lexical pode justificar o expurgo do outro e contribuir para a naturalização de ações violentas contra moradores dos bairros Luz e Campos Elísios, uma vez que classifica moradores da região, pessoas em situação de rua e usuários de droga como elemento a ser combatido. Essa estratégia discursiva desloca a atenção do problema social e de saúde pública para

concentrar-se no interesse de outros grupos sociais, neste caso específico citado no texto “os governos estadual e municipal, ambos liderados por pré-candidatos à Presidência”. Para esse grupo social o discurso institucional governamental de segurança pública, combate às drogas e revitalização de uma das regiões centrais de São Paulo não tem o objetivo de melhorar a vida dos que lá vivem, mas faz parte de uma demanda social específica relacionada à valorização territorial e à especulações imobiliárias, denotando que o objetivo principal da ação é a higienização social e a gentrificação da área.

No trecho “*peças de escolaridade mais baixa que a média da cidade, com vínculos de trabalho formal instáveis e uma super-representação de negros e pardos. Um quarto deles foi internado na Fundação Casa quando adolescente e 66% já foram presos pelo menos uma vez*”, a assimilação ocorre por agregação, sendo utilizada para produzir um consenso sobre a identidade dos atores sociais do grupo agredido.

Já nos excertos “a degradação”, “imagens de crack sendo vendido como sabão”, “a forma de ocupação de um território” e “o que fazer com a Cracolândia?”, o cerne das representações reporta-se ao elemento espacial para mencionar o grupo agredido, caracterizando a impersonalização por objetivação. Essa forma de representação pode mascarar um comportamento discursivo e ideológico para negar a existência das pessoas em situação degradante, pois são representadas por termos que não carregam o traço humano. Assim, nega-se sua humanidade e seus direitos como cidadãos; paralelamente, mitiga-se a negligência do Estado. A objetivação também pode ser verificada em “A pesquisa nos permitiu obter dados sobre o perfil”, trecho em que os atores sociais são representados por referência a seus enunciados, ou seja, por autonomização.

Nos excertos “A operação policial” e “A presença das diferentes forças policiais”, a exclusão dos agressores ocorre por supressão a partir da nominalização de processos. Esse mecanismo discursivo tanto pode

ser considerado em termos de uma estratégia retórica com fins a evitar paralelismos e repetições quanto pode ser utilizado para amenizar a atuação dos agressores. Já nos excertos “*foram jogadas bombas de efeito moral*”, “*Como já sabido*” e “Ignorou-se não apenas o que tinha sido aprendido durante o DBA, mas todos os que lá atuavam e suas experiências”, a *exclusão* apresenta-se marcada pelo *apagamento dos atores sociais* e pode revelar o posicionamento do produtor do texto em relação à atuação do governo estadual no evento noticiado.

No que se refere à voz do produtor do texto, a *assimilação* por *coletivização* decorre da representação de um “nós” que não faz parte nem do grupo de agressores nem do grupo de agredidos, mas de um consenso coletivo que detém o poder avaliativo conforme pode ser observado em “*Esse rápido resumo da operação é necessário para que identifiquemos*”, “*assistimos a policial civil protagonizar uma ação municipal violenta*” e “*não deveria ser aceitável considerarmos*”. No excerto “*Fui um dos autores da única avaliação sistemática do programa, implantado em 2014*”, a voz do produtor do texto não só sucede segregada dos grupos de agressores e agredidos como também de uma coletividade que ele tenta construir no texto, caracterizando sua representação por *dissociação*.

Outra ocorrência importante nos dados é que o produtor do texto recorre à *intertextualidade* para explorar a voz dos agredidos nos trechos “*Isso nos foi dito por inúmeros beneficiários do programa*” e “*elas também disseram que foi a primeira ação governamental que, no lugar de expulsá-los, interná-los ou prendê-los, lhes ofereceu um teto...*”. Entende-se que esse artifício serve como suporte de validação do argumento opositivo do produtor do texto que, de certa forma, incita “*uma reação social à operação*” para lembrar “*aos gestores públicos que as pessoas não são um problema a ser derrubado junto com as casas*”.

4.2 Cracolândia, a questão: modos de operação da ideologia

Thompson (2011, p.79) conceitua ideologia em “termos das maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas, serve

para estabelecer e sustentar relações de dominação”. Ao caracterizar essas formas simbólicas, linguísticas ou quase linguísticas, em que significados têm a capacidade de atuar e sustentar diferentes relações de poder, Thompson (2011) discrimina, de forma exemplificativa, cinco formas gerais de operações ideológicas: legitimação, dissimulação, unificação, fragmentação e reificação. Dentre elas, ressaltamos, no texto sob análise, a *legitimação*, mediante *racionalização* e *narrativização*; *dissimulação*, mediante *eufemização* e *metáfora* e, por fim, *fragmentação* por meio do *expurgo do outro*.

A *legitimação* é utilizada para sustentar a tese de que a ação governamental na Cracolândia não foi acertada. Os argumentos do produtor do texto são construídos mediante *racionalização*, em uma cadeia lógica que busca persuadir o leitor dos maus feitos perpetrados pelo Município e pelo Estado de São Paulo. O artigo é estruturado em assertivas que corroboram um argumento opositivo à atuação estatal, finalizado com o seguinte enunciado: “... as pessoas não são um problema a ser derrubado junto com as casas”. Aqui é perceptível a proposição definitiva do produtor do texto de que os gestores trataram os moradores da região como problema a ser resolvido e não como cidadãos detentores de garantias fundamentais.

Desse excerto também é possível extrair a grande *metáfora* do artigo, estruturada mediante estratégias de *dissimulação*, a comparação dos moradores da região da Cracolândia com problemas em busca de solução. Embora haja uma tentativa de distanciamento, ora com o uso do termo problema entre aspas, ora atribuindo seu conceito à forma de tratamento dada pelo governo aos usuários de drogas; a tese central do artigo é que o Estado erra no modo de resolução do problema, mas não há negação do problema em si, que pode ser caracterizado pela existência, na Cracolândia, de pessoas em situação social degradante, evidenciando, dessa forma, que não há o objetivo real de melhorar a vida dos que lá vivem, mas uma revitalização da área com fins especulativos.

Ao narrar a operação policial e resumir a história dos bairros da Luz e de Campos Eliseos, o produtor do texto faz uso da narrativização como forma de legitimação, explicando o presente por meio da tradição de ações estatais, malsucedidas, praticadas no local.

Ainda é possível destacar expressões como “*intervenção*” com “*intensidade inédita*” para aludir a ações extremamente violentas executadas pelas forças policiais, tais escolhas vocabulares carregam valorização pretensamente neutra e, portanto, são *dissimulações*, caracterizadas pela estratégia de *eufemização*. Assim, apesar do autor procurar repreender a operação, a análise do texto pode apontar para um olhar pouco crítico da atuação policial. Ainda nesse sentido, podemos apontar o trecho: “*assistimos à polícia civil protagonizar uma ação municipal violenta*”, que ratifica os processos de *eufemização* nas descrições das práticas policiais contra os moradores da Cracolândia, pois os policiais passam de agentes provocadores da violência a protagonistas em uma cena de violência já existente no âmbito municipal: a violência deixa de ter um agente para ser um fenômeno do território.

Há, ainda, expressões como “*problema*”, “*cenar recentes*” e “*uso problemático de drogas*” para tratar da situação de abandono e violência vivenciada na região, e “*ao arrepio da lei*” para tratar da flagrante ilegalidade de certas medidas estatais ligadas ao tratamento dos dependentes químicos que resistirem à intervenção terapêutica.

É pertinente, ainda, ressaltar a estratégia de *fragmentação* por meio do *expurgo do outro*. Segundo Thompson (2011, p. 87), “relações de dominação devem ser mantidas não unificando as pessoas numa coletividade”. O autor considera possível fragmentar uma comunidade fazendo uso da construção de um inimigo. No texto, esse inimigo, que deve ser expurgado, é o grupo de moradores da Cracolândia, representados pelos usuários de crack que vivem no local. O produtor do texto busca, num primeiro momento, ser a voz que se propõe a resolver esse problema de forma acertada e definitiva, sendo opositiva à

atuação estatal efetivada por Município, Estado e forças policiais de São Paulo. Entretanto, é possível reconhecer que ele observa essas pessoas que precisam de ajuda como “*problema*” e “*incômodo*” que necessitam ser superados, isto é, existe um grupo de pessoas, caracterizado como um problema, que precisa ser “solucionado” para que as adversidades vivenciadas no local sejam vencidas, isso que pode evidenciar que a naturalização da estratégia de higienização social e a gentrificação da região.

Em nenhum momento a crítica pretende individualizar ou humanizar os cidadãos que sofreram a violência narrada, nem se propõe a discutir os abusos da operação em si, há apenas o objetivo de, superficialmente, focalizar equívocos políticos do prefeito de São Paulo e do Governo do Estado na resolução do grande transtorno que é a existência de usuários de crack morando na região central da capital paulista.

A argumentação presente no texto opõe-se ao modo como os governos municipal e estadual intervieram na Cracolândia, entretanto, após análise de alguns modos de operação ideológicos, é possível afirmar que o produtor do texto buscou, na verdade, ser neutro em relação às ações narradas, sem apontar de forma contundente ilegalidades e imoralidades da operação policial em questão.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Com base na análise, é possível extrair significados que vão além do textualmente expresso. A argumentação presente no texto se opõe ao modo como os governos municipal e estadual intervieram na Cracolândia, além de indicar uma avaliação positiva expressa do Programa Político preconizado pela administração anterior. Entretanto, em uma análise discursiva crítica, é possível desvelar o teor ideológico do texto e perceber uma crítica superficial à atuação do atual governo,

sem apontar de forma contundente ilegalidades e imoralidades da operação policial.

A abordagem do texto não promove uma compreensão do tema e denota que o individual se sobrepõe ao coletivo no sentido de revelar que as ações públicas na região da Cracolândia não tem o real objetivo de melhorar a vida dos que lá vivem, mas baseia-se em um processo de higienização social e gentrificação visando a especulações imobiliárias. Entretanto, não há crítica efetiva à ação estatal, ou à violência policial, e sim à sua ineficácia diante dos inconvenientes causados pelos moradores da Cracolândia. O texto encerra um discurso político que não evoca uma discussão ampla sobre questões voltadas para os usuários de drogas e o contexto sócio-histórico em que estão envolvidos, nem pretende alcançar a temática com uma orientação mais ampla para saber como agir com as pessoas que se encontram na condição de usuários de drogas, pelo contrário, desde o seu título, são representados por termos que não carregam o traço humano, ou seja, são mencionados por meio lugar espacial que ocupam na cidade, neste caso, ideologicamente denominado Cracolândia para se referir aos bairros centrais de São Paulo.

Os resultados expressam, através das particularidades linguísticas e das nuances de significado, a desumanização e a estigmatização das pessoas que vivem naquele ambiente; a precarização social de uma problemática mais profunda e complexa do que a apresentada pelo texto no que se refere a ações públicas voltadas para usuários de drogas.

REFERÊNCIAS

BRASILEIRO, A. M. M. **Manual de produção de textos acadêmicos e científicos**. São Paulo: Atlas, 2013.

COSTA, E., 2016. Disponível em: <www.courb.org/pt/o-que-e-gentrificacao-e-por-que-voce-deveria-se-preocupar-com-isso>. Acesso em: 03 outubro 2017.

- DIJK, V. **Congnição, Discurso e Interação**. 4ª edição. São Paulo: Contexto, 2002.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing Discourse**. Nova York: Routledge, 2003.
- LEEUWEN, T. V. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, E. R. **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional**. Lisboa: Caminho, 1997. p. 169-222.
- SILVA, F. C. O. da. **A construção social de identidades étnico-raciais: uma análise discursiva do racismo no Brasil**. Brasília: UnB, 2009. Tese (Doutorado em Linguística).
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e Cultura Moderna: Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.